



NOVA LEI SALARIAL PODERIA TRAZER AUMENTO DE SALÁRIOS

A subseção do Dieese do Sindsep fez um estudo para demonstrar mais claramente os impactos negativos e desmitificar as desculpas que, governo após governo, são dadas para não reajustar os salários dos servidores por conta da Lei Salarial 13.303/2001. A Lei implantada pelo ex-prefeito Maluf estipulava um gatilho para o aumento de salários somente se o percentual de gastos com os servidores estiver abaixo do limite de 40% da receita corrente.

Enquanto a receita da Prefeitura crescia, no decorrer dos anos os servidores sofreram perdas em relação à inflação e a Lei Salarial não corrigiu isso. Pelo contrário, acentuou o problema.

Se houvesse fim da barreira dos 40% de Maluf, o limite federal permitiria chegar a 54% de gastos, o que significa muito. Para se ter uma ideia, em dez anos a Prefeitura cresceu a receita em 250% e a lei salarial pagou 3,54%. Já, a inflação comeu 60% do dinheiro do trabalhador.

Uma Lei Salarial que repusesse a inflação. Mesmo sem os reajustes de 2013 para os níveis básico e médio e mesmo sem a reestruturação dos Especialistas, os salários e as gratificações estariam corrigidas.

A seguir a simulação de valores se houvesse aplicação de inflação na Lei Salarial desde 2003 até 2015:

Carreira	Padrão inicial + Gratificação
Agente de Apoio	R\$ 1.460,00
AGPP	R\$ 2.051,00
Especialista	R\$ 5.071,00

TEMPO POLÍTICO

Estamos em ano de eleições para prefeito e vereadores. As negociações com grandes impactos devem ocorrer antes do período eleitoral para que tenham efeito. Importante lembrar que seis meses antes da eleição (após 02 de abril) projetos de interesse dos servidores públicos não podem ser

votados na Câmara Municipal e sancionados pelo Prefeito. Além da atual Lei Salarial que só nos atrapalha, precisamos de leis para os trabalhadores do nível básico e nível médio, visto que os planos destas carreiras não foram devidamente revisadas, bem como os engenheiros e arquitetos. Se o Governo tiver vontade política e encaminhar projetos para a Câmara ainda no início do ano, temos chance de sucesso com as nossas demandas. Se não houver vontade política, por outro lado, teremos que esperar o resultado das eleições. Portanto, a luta é imprescindível neste momento para pressionar o governo. Organize-se, participe!

PAUTA - CAMPANHA SALARIAL 2016 - SERVIDORES MUNICIPAIS - SINDSEP

PAUTA GERAL

1 - Revisão da Lei Salarial

Reformulação da lei salarial, para garantir reposição de perdas, e romper com os reajustes consecutivos de 0,01%, conforme compromisso de Fernando Haddad em 2012, revendo os mecanismos de reposição de inflação, condicionantes de crescimento da receita e o atual limite de 40% disposto na lei nº 13.303/2002, para encaminhamento de PL à Câmara em 2015 conforme protocolo assinado pelo governo e pelo SINDSEP em 2014.

2 - Revisão das Perdas Salariais

Recomposição da inflação de maio de 2013 a dezembro de 2015 mais a previsão de janeiro a abril de 2016, acumulando 25% conforme o ICV-Dieese, mais aumento real de 11%.

3 - Fim das OSs e terceirizações

Apresentação de dados sobre serviços prestados, salários e gastos com OS's, ONG's e empresas terceirizadas, nos diversos setores da Prefeitura, conforme protocolo assinado pelo governo e pelo SINDSEP em 2014, para a negociação de um plano de destercirização e ampliação progressiva da participação da administração direta, com retirada imediata da Câmara Municipal, do PL 455/2015 que amplia OSs na cidade.

4 - Concurso Público

Cumprimento do compromisso assumido no protocolo de negociação de 2014 com a análise das condições de trabalho, Tabelas de Lotação de Pessoal e levantamento da necessidade de concurso público para ampliação de quadros de profissionais, funções técnicas, administrativas e de apoio.

5 - Combate ao assédio moral

Na Campanha de 2012, Haddad se comprometeu em carta ao Sindsep com o combate ao assédio moral no serviço público, com participação dos trabalhadores e dos sindicatos, e no Protocolo de 2014, se comprometeu

com o Sindsep a criar um Grupo de Trabalho para enfrentar as questões relativas ao assédio moral, paritário entre governo e trabalhadores, integrado com a Política de Saúde do Trabalhador de SMS e DESS. Os casos de assédio moral, diferentemente do compromisso assumido, aumentaram durante a gestão Haddad que não dialogou com o Sindsep a proposta do sindicato de criação de um comitê na Prefeitura de São Paulo para tratar do tema.

6 - Programa Habitacional de Moradia para servidor público

Desde 2002, através do projeto "Quero Morar" negociado na gestão Marta, o Sindsep conseguiu colocar mais de 300 famílias de servidores morando em unidades novas, construídas pelo sistema "PAR" (Programa de Arrendamento Residencial). Serra/Kassab desmantelaram todo trabalho e a gestão Fernando Haddad nunca reabriu a discussão.

7 - Revitalização do HSPM

Haddad afirmou em 2012 que se fazia urgente a criação de uma política integrada de saúde do servidor público municipal e a requalificação do Hospital do Servidor Público Municipal, uma vez que Serra e Kassab haviam sucateado o HSPM e desmontado o DESS. O Hospital também deve voltar a ser exclusivo dos servidores, inclusive aposentados, dependentes legais e pensionistas, com implementação de outras unidades de atendimento de emergência e hospitalar na região para atender pelo SUS a demanda dos municípios. O HSPM é um patrimônio dos servidores da cidade, construída com sua contribuição financeira ao longo de décadas.

8 - Revisão dos adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade, adicional noturno e auxílios refeição e alimentação

Imediato início de negociações da base de cálculo e das regras dos adicionais e auxílios.

9 - Retirada imediata do PL 558/2015 da Câmara Municipal

O Projeto que institui a Previdência Complementar aos futuros servidores da Prefeitura não foi apresentado previamente no Sistema de Negociação Permanente como previsto no Convênio assinado com as entidades.

10 - Condições de Trabalho

Melhoria das condições de trabalho, com reconhecimento das doenças ocupacionais e negociação com o sindicato de um Programa de Saúde do Trabalhador e Segurança no Trabalho.

PAUTAS SETORIAIS

1 - Admitidos

Apresentação, após mais de dois anos de negociação, da contraproposta de valorização salarial em tabelas próprias para os admitidos, prometida pela Secretaria Municipal de Gestão para o mês de dezembro de 2015, após a análise da proposta do Sindsep, conforme pedido do próprio Prefeito feito em reunião com o sindicato em julho do ano passado, e em consonância com o compromisso de Haddad, feito em campanha de 2012, com o princípio de "salários iguais para trabalhos iguais".

2 - Níveis Básico e Médio

Cumprimento do compromisso de encaminhar projeto de lei com a reabertura de opções para Agentes de Apoio e para AGPPs com efeitos retroativos conforme protocolo assinado pelo governo Haddad, que também se comprometeu com a reestruturação das carreiras dos níveis básico e médio, a partir de 2015, com destaque à incorporação da Gratificação de Atividade, reivindicação do Sindsep. A SMG também se comprometeu em outubro de 2015 a rever os critérios de evolução na carreira e as políticas de formação e de aproveitamento dos servidores, o pagamento de GAP a todos os servidores que atendem ao público na administração direta e nas autarquias.

3 - Engenheiros e Arquitetos

Priorizar com a base do governo na Câmara e evitar esforços para a aprovação do PL 713/2015 para sanção antes das restrições do período eleitoral.

4 - Novo Quadro da Saúde e dos Analistas

Encaminhar no primeiro dia de funcionamento da Câmara Municipal o PL com as correções das Leis 16.119 e 16.122 de 2015, incluindo as reivindicações apresentadas e negociadas pelo Sindsep, com atenção máxima ao pagamento dos retroativos devidos aos Admitidos e aos Não optantes, conforme compromisso assumido pela SMG em outubro.

Regulamentação dos concursos de remoção e do cumprimento das jornadas com revisão dos critérios e mecanismos de valorização de horas suplementares, plantões extras ou regulares e o trabalho nos finais de semana, feriados e horário noturno.

5 - Não Optantes dos PCCS

Aproveitamento do tempo e aplicação de demais critérios entre o momento das datas limites previstas nas respectivas leis e a opção quando reaberta. O governo se comprometeu durante as negociações na mesa da saúde a incluir nos PLs que originaram as leis 16.119 e 16.122 a proposta do Sindsep com efeitos em 2017, no entanto, rompeu unilateralmente o negociado.

6 - Atividades Artísticas

Revisão do quadro técnico de atividades artísticas com retomada da mesma proporção salarial que tinham com o nível universitário antes de 2011. O governo Fernando Haddad até hoje não abriu as negociações.

7 - Transformação de Auxiliar de Enfermagem em Técnicos

Continuidade das negociações da migração de auxiliar de enfermagem para técnicos de enfermagem, mediante apresentação das certificações exigidas.